

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.629 - RJ (2019/0218838-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : WALMIR LUIZ DE ANDRADE SOUZA ALMEIDA
AGRAVANTE : JORGE LUIZ LIMA RODRIGUES
AGRAVANTE : LUCIO RODRIGUES
AGRAVANTE : FRANCISCA LIMA RODRIGUES
ADVOGADO : ÁLVARO JORGE DE ANDRADE - RJ046645
AGRAVADO : SHEILA BARROS LEAL CALADO
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS ALVES MASSA - RJ046538
BARBARA DOS SANTOS PEREIRA - RJ178641

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 730-733):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. UTILIZAÇÃO DE PROCURAÇÃO OUTORGADA QUANDO A PARTE AUTORA AINDA SE ENCONTRAVA CASADA COM UM DOS RÉUS.

SIMULAÇÃO. NULIDADE DA ESCRITURA.

1. Cuida-se de demanda de anulação de negócio jurídico, na qual sustenta a autora que os réus, sem sua anuência, alienaram o referido bem, mesmo cientes de sua condição de proprietária do imóvel.
2. A sentença acolheu parcialmente os pedidos iniciais para declarar a nulidade da compra e venda representada pela escritura 17º Ofício de Notas, livro 7373, fl. 181 datada de 03/08/2012, determinando o cancelamento.
3. Rejeitada preliminar de nulidade da sentença. Depoimento pessoal que só pode requerido pela parte adversa. Art. 385 do CPC.
4. No mérito, sustenta a parte autora que se encontra separada de fato do primeiro réu desde novembro de 2011, ocasião em que iniciou o processo de separação do casal, no qual consta como patrimônio a ser partilhado o imóvel objeto da lide. Segue aduzindo, contudo, que o primeiro requerido, sem sua anuência, alienou o referido bem, juntamente com os demais réus, mesmo cientes de sua condição de proprietária do imóvel. Afirma que foi representada por uma procuração outorgada em 04/07/2008, da qual não tinha a menor lembrança, envolvendo o segundo demandado, cuja relação remonta ao tempo em que trabalhavam no BANERJ, no setor do mercado

financeiro.

5. Por sua vez, os requeridos alegaram que foi efetivamente o segundo réu quem adquiriu o imóvel descrito na petição inicial, pelo preço de R\$ 200.000,00, diferente do preço constante da escritura de compra e venda, datada de 01/07/2008, sendo a conduta da autora de litigante de má-fé, porquanto concedeu procuração para referido ato.

6. Depreende-se que houve a simulação do negócio jurídico realizada entre os réus em detrimento dos interesses da demandante.

7. A simulação é um dos vícios ou defeitos do negócio jurídico e se encontra prevista no rol exemplificativo do art.167, parágrafo primeiro do Código Civil.

8. A autora e o primeiro requerido, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, outorgaram procuração ao segundo réu, com poderes específicos para a venda da unidade residencial em tela.

9. Contudo, o segundo demandado procedeu à alienação do imóvel somente em 03/08/2012, quando o casal já se encontrava separado de fato, sendo evidente que a autora não recebeu nenhuma quantia relativa ao negócio jurídico, fato não infirmado pelos réus, por força do ônus que lhe cabia, a teor do art. 373, II, CPC.

10. Constatou-se que as notificações acostadas aos autos pela apelada, revogando em 13/09/2012 a procuração dada em favor do segundo requerido, demonstram também que o imóvel foi alienado sem a sua anuência.

11. Impende destacar que o mandatário firmou referido negócio jurídico com seus genitores, que figuraram como compradores do bem.

12. O próprio apelante, segundo réu, sustenta que, aproveitando-se do forte laço de amizade existente, à época, entre a apelada e seu ex-cônjuge, utilizou de forma dissimulada de uma transação de compra e venda, cujo objetivo foi beneficiar terceiros, que venha a ser a depoente de fl. 596, com quem mantinha uma relação extraconjugal, mas sem que houvesse qualquer prejuízo para os demandantes.

13. Correto o juízo a quo quando desconsiderou o depoimento da informante, uma vez que mantinha uma relação extraconjugal com o segundo réu à época dos fatos, sendo beneficiária do ato simulado praticado por ele, eis que reside no imóvel. Soma-se a isso, o fato das demais provas dos autos irem de encontro as suas declarações.

14. O negócio jurídico realizado sem o consentimento da recorrida demonstra a má-fé de seu ex-cônjuge, primeiro réu, juntamente com

os demais, que simularam a alienação do bem em favor do terceiro e quarto requeridos, pais do segundo demandado.

15. Configurada a simulação, deve ser anulada a escritura de compra e venda em questão.

16. Danos materiais não comprovados.

17. Existência de dano moral. Verba fixada com razoabilidade e proporcionalidade.

18. De certo que a conduta ilícita praticada pelo primeiro e segundo demandado, ex-cônjuge e colega de trabalho/mandatário, respectivamente da parte autora, causou transtornos que ultrapassam o mero aborrecimento, na medida em que se valeram de forma simulada da vontade da demandante em época anterior à separação do casal.

19. Desprovimento do recurso dos réus e provimento parcial do apelo da autora.

Opostos embargos de declaração, esses não foram providos (e-STJ, fl. 776-780).

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que *"é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre"* (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJ 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: ausência de violação dos arts. 489, § 1º e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; aplicação das Súmulas 7 e 83 do STJ; e divergência jurisprudencial não realizada nos moldes legais, eis que "se impõe indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo acórdão recorrido e pelos paradigmas selecionados teriam por base idênticas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias, inclusive, nas hipóteses de divergência notória, sendo manifestamente insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas ou votos" (e-STJ, fl. 846)..

Em suas razões, a parte agravante limitou-se a alegar a inaplicabilidade das Súmulas 7 e 83 do STJ, deixando de impugnar os fundamentos da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal de origem relativos à ausência de violação dos arts. 489, § 1º e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e divergência jurisprudencial não comprovada nos moldes legais.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento, por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17.10.2017, DJe 24.10.2017)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora